



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
POLÍTICA DE PRIORIZAÇÃO DE 1ª GRAU
COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE 1º E 2º GRAU

ATA DE REUNIÃO

4ª Reunião Ordinária

.1 Identificação da reunião:

Data	Horário de Início	Local	Comarca
04/09/2017	09 horas	Sala de Treinamentos Diretoria de Gestão de Pessoas	João Pessoa

MEMBROS PRESENTES		CARGO
1	CARLOS MARTINS BELTRÃO FILHO	COORDENADOR
2	ALEXANDRE TARGINO GOMES FALCAO	MAGISTRADO
3	BENEDITO VENÂNCIO DA F. JÚNIOR	SERVIDOR
4	DIEGO GARCIA OLIVEIRA	MAGISTRADO
5	DOMINGOS GUALBERTO DE OLIVEIRA	SERVIDOR
6	FABIO JOSE DE LIMA CHAGAS IRMÃO	SERVIDOR
7	FILLIPE AMORIM FIRMO DA SILVA	SERVIDOR
8	GILBERTO DE MEDEIROS RODRIGUES	MAGISTRADO
9	JOÃO RAMALHO ALVES DA SILVA	SERVIDOR
10	ALTAMIR DE ALENCAR PIMENTEL FILHO	SERVIDOR

.2 Pauta

Abertura

Previsão de Despesas e Receitas

Apresentação das informações solicitadas na última reunião

Relatório de gastos das Comarcas

Encerramento e Deliberações



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
POLÍTICA DE PRIORIZAÇÃO DE 1ª GRAU
COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE 1º E 2º GRAU

3.1. Des. Carlos Beltrão dá as boas vindas ao comitê e fala sobre este comitê ser criativo em buscar novas medidas de captação de recursos e de boa aplicação dos recursos existentes.

3.2. Carol apresentou a previsão de despesas e receitas para o ano de 2018. O orçamento ainda não está fechado e o tribunal tem até o dia 11 deste mês para encaminhar a sua proposta orçamentária para a Secretaria de Planejamento do Governo do Estado (SEPLAG). Quanto às receitas, foi fixado ao Judiciário, segundo a LDO, o teto de 619 milhões. Além desse valor, temos a arrecadação do Fundo Especial. Melhorar a arrecadação é o principal objetivo da gestão em 2018. Quanto às despesas, para pessoal e encargos não foram considerados reajustes por parte da Gestão. Foram consideradas as nomeações de 12 servidores, por mês, relativos aos mandados de segurança do concurso de 2008. Para substituições e horas extras, foi considerada a média do ano de 2017. Para contratos, foram considerados reajustes de 5%, como é prática desde 2016, sem previsão de novos contratos. A despesa detalhada foi entregue, em mãos, aos membros do comitê. O montante de 543 milhões foi o valor total previsto para o ano de 2018, sendo 12 milhões de aumento em relação ao ano passado por conta da data-base dos servidores, da nomeação oriunda dos mandados, entre outros. Ela falou da proposta de resolução que tramita no tribunal para extinção de cargos comissionados (assistentes de administração, supervisores e oficiais judiciários) e a criação de novos destinados precipuamente ao 1º grau. Há juízes que não possuem assessores. Dº Alexandre Targino solicitou acesso ao projeto para os membros do comitê. O intuito desse projeto é atender a Resolução 219 do CNJ, ou seja, um primeiro passo em direção à equalização da força de trabalho, que será uma política permanente do CNJ. Na próxima reunião, serão definidos dois grupos de trabalho: melhoria de arrecadação e racionalização das despesas. Alguns membros lembraram que existem contratos que são renovados, mas sem necessidade e com razoável onerosidade. Carol enviará os contratos atualmente vigentes aos membros para melhor análise. Os membros debateram vários métodos de comunicação alternativos ou de formas para racionalizá-los. O uso do malote digital para precatórios, dos Correios para intimações ao invés de Oficial de Justiça (mais barato), para a comunicação entre órgãos externos com o uso de e-mail com comprovação, entre outros.

3.3. Após o debate sobre a previsão de receitas e despesas, Carol apresentou dados sobre demandas de informações requeridas por alguns membros do comitê na reunião passada. Os dados levantados junto aos Recursos Humanos sobre a projeção dos efetivos em substituição aos comissionados sem vínculo confirmaram que o gasto com estes era de fato menos oneroso ao tribunal, levando em consideração a estrutura remuneratória inteira.

Carol trouxe pesquisa realizada em tribunais de mesmo porte, na região Nordeste, que comprovou ser o valor das custas judiciais, na Paraíba, a mais alta. Os parâmetros utilizados na simulação foi de uma ação cível comum tendo como valor de causa a quantia de cem mil reais.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
POLÍTICA DE PRIORIZAÇÃO DE 1ª GRAU
COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE 1º E 2º GRAU

Na média de 2016 e até meados de 2017, o valor total de custas iniciais gratuitas foi de 85% do total, representando 35 milhões de evasão na arrecadação. Há sistema de cálculo de custas disponível no site do TJPB, sem precisar realizar o envio para cálculo das Centrais de Guias. Entre os membros, houve grandes discussões acerca da arrecadação das custas. Foi dito que se houvesse uma adequação de valores, o tribunal poderia arrecadar mais. Além disso, quanto à concessão de gratuidade, poder-se-ia provocar uma mudança de mentalidade dos juízes por meio do “boca a boca” e dos desembargadores por meio de uma “enchente de recursos”.

3.4. Concluída a seção anterior, Adriano Burity iniciou sua apresentação sobre o relatório de gastos das comarcas. Ele falou do histórico de criação, em 2015, e desenvolvimento do Núcleo de Gestão Socioambiental do tribunal.

Quanto aos dados com o consumo de água, Adriano reuniu todos os gerentes da área de João Pessoa, em julho, e descobriu-se um grande problema de vazamento no Palácio da Justiça. O valor da fatura estava 400% acima da que fora medida para o mesmo período em 2016. Após um mês conseguiu-se reparar o problema e, mesmo antes de concluir o mês, já houve reflexos positivos no consumo.

Quanto aos dados de energia, algumas medidas foram tomadas para diminuir o consumo. Os geradores de ar-condicionado são desligados às 16 horas, as lâmpadas são desligadas após o expediente. O gasto com energia no ano passado ficou em 2 milhões 995 mil reais e, após essas medidas, houve redução de 1,4%. Se houvesse mudança no horário de expediente do tribunal poder-se-ia reduzir drasticamente o consumo, pois o custo da energia após as 17 horas é altíssimo. Dº Gilberto levantou a questão da isenção da cobrança do ICMS nas contas de energia para o Poder Judiciário.

Quanto aos gastos com telefonia, Adriano levantou dados de linhas consumidas pelo 1º e 2º graus, mas não conseguiu distinguir as linhas usadas por grau de jurisdição. Nas linhas móveis, os representantes da operadora Claro instalaram um aplicativo que possibilitará a criação de perfis de consumo. Esses perfis já estão sendo analisados. Foram suspensas algumas linhas que não estavam sendo usadas por questões técnicas.

Adriano lembrou que existe o projeto Economia Responsável onde se promove uma concorrência saudável entre as comarcas sobre os valores de gastos mensais de cada unidade na intranet. Esses dados serão atualizados em breve.

3.5. Carol encerrou a pauta prevista para o dia e confirmou, com os presentes, as deliberações solicitadas e a data da próxima reunião.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
POLÍTICA DE PRIORIZAÇÃO DE 1ª GRAU
COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE 1º E 2º GRAU

.3 Decisões/Deliberações

DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL
Encaminhar minutas dos projetos de leis e dos contratos em vigência no tribunal	DIGES
Divisão dos membros em dois Grupos de Trabalho: Arrecadação e Racionalização	DIGES
Saber como anda o estudo sobre o cadastramento dos Grandes Litigantes no PJE para que toda intimação seja feita via sistema	DIGES
Confirmada a data da próxima reunião para dia 06 de Outubro	Comitê
Trazer dados de consumos por comarca	Adriano Burity



COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DO 1º E 2º GRAU

4ª REUNIÃO ORDINÁRIA - 04/09/2017 - 09h

LISTA DE PRESENÇA

PARTICIPANTE		CARGO	CATEGORIA	ASSINATURA
1	ADHEMAR DE PAULA LEITE F. NETO	SUPLENTE	ELEIÇÃO	
2	ALEXANDRE TARGINO GOMES FALCAO	TITULAR	ELEIÇÃO	
3	ALTAMIR DE ALENCAR PIMENTEL FILHO	SUPLENTE	ASSTJE	
4	ANTONIO EUGENIO LEITE F. NETO	SUPLENTE	ELEIÇÃO	
5	ARNÓBIO ALVES TEODÓSIO	SUPLENTE	ESCOLHA DO PLENO	
6	BENEDITO VEMÂNCIO DA F. JÚNIOR	TITULAR	SINDOJUS	
7	BRUNO MEDRADO DOS SANTOS	SUPLENTE	ESCOLHA DO PLENO	
8	CAMILO DE SOUSA AMARAL <i>Wesley</i>	SUPLENTE	ASTAJ	
9	CARLOS EDUARDO LEITE LISBOA	SUPLENTE	PRESIDÊNCIA	
10	CÁRLOS MARTINS BELTRÃO FILHO	DESEMBARGADOR	COORDENADOR	
11	CLEBERSON SANTANA DE ARAUJO	TITULAR	ESCOLHA DO PLENO	
12	DIEGO GARCIA OLIVEIRA ✓	TITULAR	ELEIÇÃO	
14	DOMINGOS GUALBERTO DE OLIVEIRA ✓	TITULAR	ELEIÇÃO	
15	FABIO BRITO DE FARIA	TITULAR	ELEIÇÃO	
16	FABIO JOSE DE LIMA CHAGAS IRMÃO	SUPLENTE	ELEIÇÃO	
17	FALKANDRE DE SOUSA QUEIROZ	SUPLENTE	ELEIÇÃO	
18	FILLIPE AMORIM FIRMO DA SILVA	TITULAR	ELEIÇÃO	
19	GILBERTO DE MEDEIROS RODRIGUES	TITULAR	AMPB	
20	GUSTAVO PESSOA TAVARES DE LYRA	TITULAR	ELEIÇÃO	
21	HIGOR RODRIGUES LEAL	TITULAR	PRESIDÊNCIA	
22	JOÃO RAMALHO ALVES DA SILVA	TITULAR	SINJEP	
23	JOSINALDO SANTANA DOS SANTOS	TITULAR	ELEIÇÃO	
24	LEANDRO DOS SANTOS	TITULAR	AMPB	
25	MARCIO MURILO DA CUNHA RAMOS	TITULAR	ESCOLHA DO PLENO	
26	MARISA ALVES TOSCANO DE BRITO	SUPLENTE	ESCOLHA DO PLENO	
27	PEDRO HENRIQUE DE ARAUJO RANGEL	TITULAR	ELEIÇÃO	
28	PERILO RODRIGUES DE LUCENA	TITULAR	ESCOLHA DO PLENO	
29	PHILIPPE GUIMARÃES PADILHA VILAR	SUPLENTE	AMPB	
30	ROBERTO DE MEDEIROS RODRIGUES	SUPLENTE	PRESIDÊNCIA	
31	RODRIGO MARQUES SILVA LIMA	TITULAR	PRESIDÊNCIA	
32	SILAS NERI CARLOS	SUPLENTE	ELEIÇÃO	

33 OMAR JOSÉ BATISTA CMA